

O Itamaraty resolve

MARCELO DE PAIVA ABREU*

Tornou-se consensual no Brasil a visão de que o serviço diplomático brasileiro é de qualidade excelente, mesmo em comparação aos seus similares em países desenvolvidos. De fato, violação da tese de que a mediocridade do todo acaba por prevalecer sobre as virtudes das partes, o Itamaraty resistiu com sucesso à crise que assola o Estado brasileiro.

Alguns arranhões foram amplamente compensados pela cautelosa condução da política externa pelos meandros do episódio collorido e da normalização democrática. Diz muito sobre a carreira que estes sucessos sejam esperados automaticamente pela opinião pública. Em política externa, ao contrário do que se aplica ao resto da administração pública, é o erro que surpreende e não o acerto.

Conta-se entre os feitos do Itamaraty a gradual evolução da diplomacia comercial na direção da liberalização. Partindo, na agonia do regime militar, de uma posição de bastante exposição nos foros internacionais, contra a ampliação do escopo das negociações no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e sem entusiasmo pela abertura comercial, a posição brasileira evoluiu dramaticamente.

Iniciada com os entendimentos com a Argentina e a participação no grupo de Cairns, favorável à liberalização da agricultura, a política comercial brasileira tornou-se paradigma de liberalização, a partir da redução da tarifa média de 35% em 1990 para 14% em 1993. No Gatt, o Brasil tornou-se *demandeur*. Aumentou a credibilidade da diplomacia comercial brasileira.

A abertura comercial sofreu retrocessos recentemente: aumento de tarifas, imposição de cotas de importação e criação de regime de favorecimento fiscal para importação de componentes dependendo de performance exportadora. O processo decisório que caracterizou esta reorientação da política econômica baseou-se na ideia de que o Itamaraty é capaz de resolver qualquer complicação gerada pela reversão da política comercial. “Deixe que o Itamaraty resolve” parece ser a frase mágica de aplicação universal. Será que resolve mesmo? O Brasil é muito bem representado em Genebra, mas o abacaxi que foi apresentado ao embaixador Celso Lafer é respeitável.

Na Organização Mundial de Comércio, salvaguardas destinam-se a situações em que importações “causam ou ameaçam causar prejuízo grave ao setor nacional que produz bens similares”. Será que isso está ocorrendo em ano de produção recorde na indústria automobilística? O prazo de aplicação de salvaguardas sem compensação é limitado. O que vem sendo chamado de regime “automotriz” é expressamente mencionado como conflitante com a obrigação de tratamento nacional no acordo sobre medidas de investimento relacionadas ao comércio. A imposição de cotas não encontra respaldo nas disposições relativas a balanço de pagamentos. Comprovada a existência de problemas críticos de balanço de pagamentos – tarefa difícil, diriam quase todos – a medida teria que ser genérica e não restrita a determinados setores.

O País deve usar políticas de defesa comercial que não desgastem a credibilidade tão duramente recuperada. Que tal o Ministério da Indústria e Comércio utilizar os instrumentos de que dispõe para deter as importações subsidiadas ou com preços artificialmente reduzidos? A imposição de salvaguardas requer pelo menos três condições, todas ausentes no caso brasileiro: poder de barganha, disponibilidade de margem de manobra fiscal e parcimônia estrutural na distribuição de favores do Estado. Com o Estado propenso ao clientelismo, é enorme o risco de generalização de qualquer tratamento discricionário.

Há indicações de que o guichê de distribuição de favores setoriais será reaberto para atender a outros comerciais, agora em nome da “reestruturação industrial”. A remontagem do cartorialismo que ronda a política comercial brasileira deve ser detida. A hora é de concentrar esforços na viabilização do sucesso do Plano Real quanto a seus aspectos fiscais, de desindexação e de reforma do Estado. O resto é banzo com ranço de Brasil Grande.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.